



DEP. CAITO QUINTANA

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D. L.

Fls. 01

PROJETO DE LEI Nº 260/11

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 30 MAR. 2011

*[Assinatura]*  
**1º Secretário**

**SÚMULA:** Estabelece normas para a utilização de embalagens pelos supermercados, estabelecimentos congêneres e o comércio em geral.

#### A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

#### DECRETA:

Art. 1º Os supermercados, estabelecimentos congêneres e o comércio em geral ficam obrigados a oferecerem aos seus clientes sacolas ou sacos plásticos de material biodegradável ou reutilizável para embalagens dos produtos.

§ 1º Estes mesmos estabelecimentos devem substituir as antigas sacolas ou sacos de material não biodegradável ou não reutilizável por outras as quais sejam de material referido no *caput* deste artigo.

§ 2º As sacolas e sacos devem ser confeccionadas com material resistente, que suporte o peso dos produtos, para o uso continuado na acomodação e transporte dos produtos adquiridos.

Art. 2º A partir da aprovação da presente lei, o Estado poderá permitir a dedução de impostos estaduais dos valores despendidos a título de desenvolvimento ou de patrocínio de programas ambientais diretamente relacionados à mudança de comportamento das empresas e dos clientes quando do incentivo da utilização de embalagens biodegradáveis ou reutilizáveis.

Parágrafo Único. Os benefícios de que trata este artigo não excluem ou reduzem benefícios fiscais e deduções em vigor.



Art. 3º Os programas de respeito ao meio ambiente citados no artigo anterior poderão abranger:

I - produção de material de publicidade relacionado, necessariamente, ao incentivo de uso das sacolas e sacos plásticos biodegradáveis ou reutilizáveis por parte dos clientes e da postura da empresa;

II - treinamento de pessoal para o desenvolvimento de eventos educativos;

III - produção de eventos educativos de respeito ao meio ambiente ecologicamente perfeito.

Art. 4º - Ficam proibidas de usufruírem os incentivos previstos no artigo 2º, as empresas que:

I - estiverem inadimplentes com a Receita Estadual;

II - tenham administradores, sócios ou acionistas em condições de inadimplência;

III - integrem grupo empresarial em semelhantes condições de inadimplência;

Art. 5º A empresa beneficiada com o incentivo fiscal referido no artigo 2º, terá o mesmo suspenso, se:

I - denunciada por crime de sonegação fiscal;

II - autora de crime ambiental.

Art. 6º Na perda do benefício de incentivo fiscal concedido por esta lei, que se encaixe nos casos previstos no artigo 5º, a empresa ficará obrigada a fazer a imediata devolução, aos cofres públicos, de todos os valores não recolhidos.

Art. 7º Ficam pendentes de regulamentação pelo Poder Executivo:

I - a tipificação, o tamanho e o grau de complexidade dos estabelecimentos comerciais abrangidos por esta lei;

II - os procedimentos a serem seguidos pelos órgãos oficiais envolvidos no processo de concessão de tais benefícios;

III - os procedimentos necessários para a obtenção dos incentivos fiscais, previstos no artigo 2º;



IV - os prazos para que os estabelecimentos comerciais abrangidos por esta lei se adequem aos ditames da mesma.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 30 de março de 2011.

CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

Os materiais plásticos são provenientes da resina sintética oriunda do petróleo. Não são biodegradáveis e levam muito tempo para se decomporem na natureza.

As sacolas plásticas são fabricadas de uma resina sintética chamada polietileno de baixa densidade (PEBD), e quando jogadas em vazadouros elas obstruem a passagem da água, acumulando detritos e impedindo a decomposição dos materiais biodegradáveis.

Devido ser um material altamente nocivo ao meio ambiente torna-se necessário um combate eficaz contra o mesmo, como as sérias atitudes tomadas na Europa na luta contra os malefícios causados pela conduta ecologicamente incorreta de uso de material plástico não degradável.

A finalidade de se apresentar tal proposição vem da importância da matéria junto à saúde pública e ambiental, objetivando desestimular o uso de sacolas plásticas, através da obrigatoriedade, e estimular os comerciantes e as pessoas em geral a mudarem sua postura no uso indiscriminado e poluidor das embalagens plásticas não biodegradáveis.

Com certeza, a obrigatoriedade de nossa medida legislativa acarretará um inicial aumento de custo para o empresário, até que os consumidores convençam-se da importância substancial da mudança de atitude e de consciência com relação ao uso ecologicamente correto de materiais biodegradáveis. Eis, por isto, que aqui propomos a concessão dos incentivos fiscais e tributáveis, para que a transição ocorra justa e vantajosamente para os comerciantes e para a sociedade paranaense.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 260/2011**

**Projeto de Lei nº 260/2011**  
**Autor: Deputado Caíto Quintana**

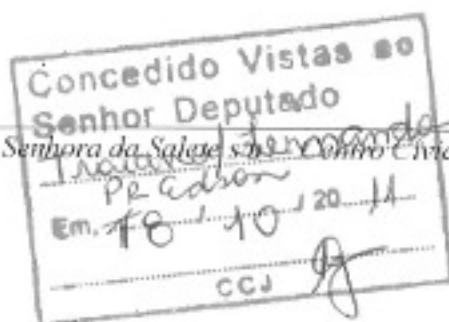
**Súmula:** Estabelece normas para a utilização de embalagens pelos supermercados, estabelecimentos congêneres e o comércio em geral.

**EMENTA:** MEIO AMBIENTE. SUPERMERCADOS, ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES E O COMÉRCIO EM GERAL FICAM OBRIGADOS A OFERECEREM AOS SEUS CLIENTES SACOLAS OU SACOS PLÁSTICOS DE MATERIAL BIODEGRADÁVEL. POSSIBILIDADE. REGIMENTO INTERNO ART. 124. CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 24. CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 13 e 65. CONSTITUCIONAL. APROVAÇÃO. PARECER FAVORÁVEL NOS TERMOS DA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana visa estabelecer normas para a utilização de embalagens pelos supermercados, estabelecimentos congêneres e o comércio em geral.

Praça Nossa Senhora da Saúde s/nº Centro Cívico - Curitiba - Paraná







*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ressalta-se que os nobres parlamentares possuem o poder de iniciativa dos projetos de lei conforme estabelecido pelo art. 65 da Constituição do Estado do Paraná e, bem como, pelo art. 124 do Regimento Interno desta casa respectivamente:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Ademais, é de competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal dispor sobre produção, consumo, proteção ao meio ambiente e controle da poluição, conforme o artigo 24, incisos V e VI, da Constituição Federal:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

...

V - produção e consumo;

VI- florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle da poluição;

A Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal vem, em seu artigo 13 enunciar que:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

...

V - produção e consumo;

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e controle de poluição;

Ainda, a proposição autoriza a dedução de impostos estaduais dos valores despendidos a título de desenvolvimento ou patrocínio de programas ambientais diretamente relacionadas com a mudança de comportamento das empresas e dos clientes, relativamente à utilização de embalagens biodegradáveis ou reutilizáveis, independentemente da fruição, por parte dos mesmos contribuintes, de outros benefícios fiscais.

Destarte, a pretensão de vincular receita proveniente de impostos à substituição das embalagens atualmente utilizadas por outras biodegradáveis, antes mesmo que este recurso seja arrecadado, é vedada pelo inciso IV do art. 167 da Constituição Federal:

Art. 167. São vedados:

IV - a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas a repartição do produto da arrecadação dos impostos a que se referem os arts. 158 e 159, a destinação de recursos para as ações e serviços públicos de saúde, para manutenção e desenvolvimento do ensino e para realização de atividades da administração tributária, como



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



determinado, respectivamente, pelos arts. 198, § 2º, 212 e 37, XXII, e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita, previstas no art. 165, § 8º, bem como o disposto no § 4º deste artigo;

Não obstante, a dedução de impostos pretendida caracteriza um benefício fiscal. Ressalte-se, que qualquer benefício fiscal, relativamente ao ICMS, que importe em redução ou eliminação, direta ou indireta, dos respectivos ônus, somente pode ser concedido com a anuência de todas as Unidades Federadas, através de celebração de um Convênio firmado especificamente para esse fim, junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, nos termos do art. 155 da Constituição Federal:

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:

(...)

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

(...)

§ 2.º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte:

(...)

XII - cabe à lei complementar:

(...)

g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Esta matéria encontra-se regulada na Lei Complementar Federal nº 24/75, em seu artigo 1º, parágrafo único, inciso IV:

Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei.

Parágrafo único - O disposto neste artigo também se aplica:

I - à redução da base de cálculo;

II - à devolução total ou parcial, direta ou indireta, condicionada ou não, do tributo, ao contribuinte, a responsável ou a terceiros;

A Lei Orgânica do ICMS no Estado do Paraná – Lei Estadual 11.580/96, também vincula a concessão de benefícios fiscais à aprovação unânime dos convênios firmados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, conforme seu artigo 3º:

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios concessivos de benefícios fiscais na forma prevista em lei complementar a que se refere o art. 155, inciso XII, alínea g da Constituição Federal.

Parágrafo único. Ao regulamentar a matéria tributária o Poder Executivo arrolará as hipóteses de imunidade e benefícios fiscais, observadas as disposições previstas:

I - em tratados e convenções internacionais;



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



II - em convênios celebrados ou ratificados na forma da lei complementar a que se refere o art. 155, inciso XII, g da Constituição Federal.

Ora, resta-se evidenciado que a dedução no pagamento do ICMS somente pode ser concedida mediante convênio firmado no âmbito do CONFAZ.

Além disso, a Lei Complementar Federal nº 101/00, Lei de Responsabilidade Fiscal, que dispõe sobre as normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e que a dispensa de créditos tributários, que não os inscritos em dívida ativa, configura renúncia de receita. O art. 14 deste diploma legal, aduz que a renúncia de receita exige duas situações, observe-se:

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

- I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
- II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

D. L.

Fls. 22

aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Assim sendo, para afastar os vícios de inconstitucionalidade, acima apresentados, deste projeto de lei, foi apresentada uma **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL** pelo **DEPUTADO CAITO QUINTANA**, de acordo com o art. 137, § 2º do Regimento Interno desta casa:

Art. 137 As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

...

§ 2º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea de outra. Denomina-se substitutivo quando abrange o seu conteúdo.

Deste modo, o referido projeto de lei, na forma apresentada pela **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL**, está revestido de total **CONSTITUCIONALIDADE**.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**



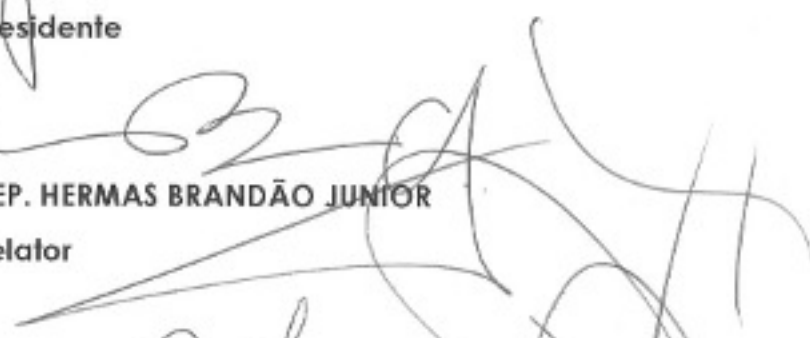


**CONCLUSÃO**

Diante do acima exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, no teor da **EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL**, em anexo, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, Legais e de Técnica Legislativa.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2011.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
Presidente

  
**DEP. HERMAS BRANDÃO JUNIOR**  
Relator



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça



**EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI 260/11**

**Súmula:** ESTABELECE NORMAS PARA A UTILIZAÇÃO DE SACOS E SACOLAS PLÁSTICAS PELOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E ÓRGÃOS PÚBLICOS SITUADOS NO ESTADO DO PARANÁ.

**Art. 1º.** Os estabelecimentos comerciais situados no Estado do Paraná, que utilizem sacos ou sacolas plásticas, somente poderão disponibilizá-las se forem fabricadas exclusivamente com matérias primas biodegradáveis derivadas total ou parcialmente de fontes de origem renovável natural.

**Parágrafo Único.** Entende-se por matéria prima biodegradável aquela que apresenta biodegradação por processos biológicos, em condições naturais adequadas, atendendo aos seguintes requisitos:

- I – biodegradação em no máximo 18 (dezoito) meses;
- II – material utilizado deve se biodegradar em no mínimo 70% (setenta por cento);
- III – resíduos finais que não sejam tóxicos ou danosos ao meio ambiente e que resultem em gás carbônico, água e biomassa.

**Art. 2º.** Os sacos e as sacolas plásticas mencionadas no artigo 1º, deverão ser confeccionados com material resistente e que suporte o peso dos produtos.

**Art. 3º.** Os estabelecimentos de que trata o artigo 1º, terão o prazo de 01 (um) ano para se ajustarem aos termos desta lei.

**Art. 4º.** Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo.

**Art. 5º.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de outubro de 2011

**DEP. CAITO QUINTANA**

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**PARECER**



**PROJETO DE LEI Nº 260/11**

**AUTOR: DEPUTADO CAÍTO QUINTANA**

**SÚMULA:** Estabelece normas para a utilização de embalagens pelos supermercados, estabelecimentos congêneres e o comércio em geral.

**EMENTA:** Meio ambiente. Supermercados, estabelecimentos congêneres e o comércio em geral ficam obrigados a oferecerem aos seus clientes sacolas ou sacos plásticos de material biodegradável. Possibilidade. Regimento interno art. 24. Constituição Estadual art. 13 e 65.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de Lei, da autoria do DEPUTADO CAÍTO QUINTANA visa estabelecer normas para a utilização de embalagens pelos supermercados, estabelecimentos congêneres e o comércio em geral.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Resposta ao aumento da preocupação da população com relação ao risco ambiental causado pelos plásticos convencionais, onde cada vez mais o lixo proveniente dos mesmos está se tornando um sério problema ecológico, muitos países estão implementando vários programas de gerenciamento do lixo, principalmente os provenientes de embalagens, dentre os quais encontra-se o da redução do lixo plástico através do desenvolvimento e estímulo pelo uso de materiais **plásticos biodegradáveis**

### CONCLUSÃO

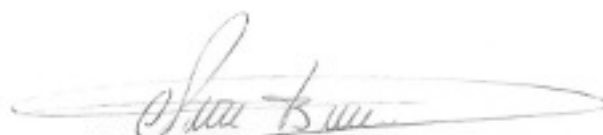
**É VEDADO PELO INCISO IV DO ART 167 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL VINCULAR RECEITA PROVENIENTE DE IMPOSTOS À SUBSTITUIÇÃO DAS EMBALAGENS.**

**DEDUÇÃO NO PAGAMENTO DE ICMS SOMENTE PODE SER CONCEDIDA MEDIANTE CONVÊNIO FIRMADO NO ÂMBITO DO CONFAZ.**

**DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, OPINA-SE PELA APROVAÇÃO DO PRESENTE PROJETO DE LEI, ACIMA APRESENTADOS.**

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.

Sala das Comissões, 09 de novembro de 2011.



DEPUTADO ANDRÉ BUENO

Presidente Comissão Indústria e Comércio



DEPUTADO NELSON GARCIA

RELATOR





**COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE**

**Parecer ao Projeto de Lei nº 260/11**

**Projeto de Lei nº 260/2011** - "estabelece normas para a utilização de embalagens pelos supermercados, estabelecimentos e o comércio em geral"


**Autoria** – Dep. Caíto Quintana


O presente Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, que "estabelece normas para a utilização de embalagens pelos supermercados, estabelecimentos e o comércio em geral", tem como escopo pretende restringir o uso de sacolas e sacos nos supermercados ou estabelecimentos comerciais que sejam biodegradáveis, ou seja, que se decomponham em no máximo 18 meses. Isso significa que o autor pretende proibir o uso de plásticos convencionais, cuja decomposição é incalculável, o que gera um passivo ambiental igualmente incalculável.

O Projeto de Lei passou pela Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável, na forma de um Substitutivo-Geral. Após foi entregue a Comissão de Indústria e Comércio, que emitiu parecer favorável na forma do Substitutivo-Geral da CCJ.

Chamada esta Comissão Permanente a se posicionar, avoquei o presente projeto para emitir parecer. Que da mesma forma que as demais comissões, SMJ, somos **FAVORÁVEIS** ao regular trâmite do presente projeto de lei na forma do Substitutivo-Geral da CCJ

Sala das comissões, 21 de novembro de 2011.

  
Dep. RASCA RODRIGUES  
Presidente (em exercício) da CEMA

  
Dep. LUIZ EDUARDO CHEIDA  
Relator

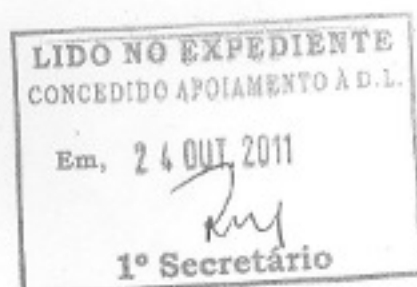








Projeto de Lei Nº 840 / 2011



**Súmula: Declara de Utilidade Pública Estadual a Liga Municipal de Futebol Suíço e Desportos de Ponta Grossa**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Liga Municipal de Futebol de Ponta Grossa, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com sede e foro na cidade de Ponta Grossa/PR, com endereço na Rua Rui Barbosa, 131 Centro, CEP 84010-630 - Ponta Grossa, CNPJ nº 05.169.788/0001-88

**Art. 2º** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2011.

  
Deputado Péricles de Holleben Mello



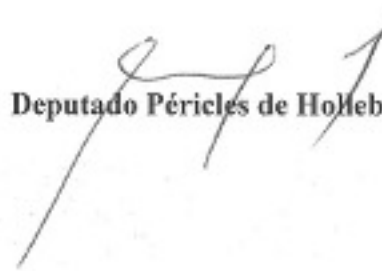


**JUSTIFICATIVA:**

A Associação de que trata o presente Projeto de Lei tem como objeto obter a Declaração de Utilidade Pública e traz em sequência toda documentação necessária para tal, preenchendo os requisitos legais para sua aquisição.

A entidade cuja declaração de utilidade pública será efetivada através, do presente projeto de lei, e representa os anseios de toda comunidade de Ponta Grossa, desenvolvendo o Programa de Esporte e Lazer das Cidades com 2 núcleos na cidade de Ponta Grossa, com diversas atividades esportivas conforme apresenta em seu relatório de atividades.

A mesma foi instituída no mês de julho de 2002, com a finalidade de dirigir atividades desportivas na cidade de Ponta Grossa; cumprir e fazer cumprir todas as legislações esportivas; organizar fichários, padronizar estatutos, regras e regulamentos para seus filiados entre outras atividades, sempre promovendo o desporto, a integração entre atletas e entidades.

  
**Deputado Péricles de Holleben Mello**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 840/2011**

**Projeto de Lei nº. 840/2011**

**Autor: Deputado Estadual Péricles de Mello**

**Súmula:** Declara de Utilidade Pública Estadual a **Liga Municipal de Futebol Suíço e Desportos de Ponta Grossa**, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA – LEI Nº 16.888/2011 – REQUISITOS PREENCHIDOS – PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Péricles de Mello, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **Liga Municipal de Futebol Suíço e Desportos de Ponta Grossa**, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 16.888/2011, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

D. L.


Fls. 59

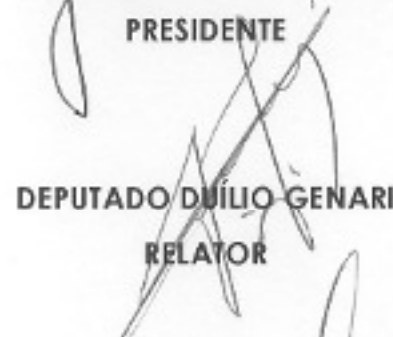
Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

**CONCLUSÃO**

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO DÚLIO GENARI**  
**RELATOR**

**ANTEPROJETO DE LEI N.º 885/2011**

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR, conforme especifica.

**Art 1.º** Fica o Poder Executivo autorizado a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR, sociedade civil sem fins lucrativos, mediante repasses de recursos arrecadados com taxas previstas na Lei n.º 11.504, de 6 de agosto de 1996, para exclusiva destinação à indenização de proprietários que tiverem animais sacrificados em decorrência de ações de defesa sanitária desenvolvidas no Estado do Paraná.

§ 1.º A concessão de subvenção social fica condicionada à existência de convênio firmado entre o FUNDEPEC e o Estado do Paraná, no qual serão estabelecidas as obrigações e demais condições pertinentes.

§ 2.º O Poder Executivo repassará ao FUNDEPEC/PR o montante arrecadado em exercícios anteriores proveniente do recolhimento de taxas relacionadas à área de saúde animal e, a cada trimestre, o valor recolhido ao Fundo de Equipamento Agropecuário – FEAP.

**Art. 2.º** Em situações de emergência sanitária, o FUNDEPEC/PR, por solicitação do Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, poderá assumir despesas de custeio até o limite de 10% do valor correspondente ao sacrifício sanitário.

**Art. 3.º** Os recursos repassados de que trata a presente Lei deverão ser mantidos em depósito, em instituição financeira oficial, em conta única e especial, e o resultado das aplicações financeiras será revertido integralmente à finalidade dos mencionados repasses.

**Parágrafo único.** As despesas decorrentes da aplicação dos recursos de que trata esta lei serão executadas mediante emissão de cheques nominais aos beneficiários.

**Art. 4.º** Ficam vedadas despesas com investimentos no uso dos recursos a que se refere o Art. 1.º desta Lei.

## GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 5.º** Lei Orçamentária Estadual preverá as condições de aplicação da presente Lei.

**Art. 6.º** O FUNDEPEC/PR prestará contas da aplicação dos recursos, a cada exercício, ao Conselho Estadual de Sanidade Agropecuária – CONESA e ao Tribunal de Contas do Estado, na forma e prazos legais.

**Art. 7.º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

  
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

## GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 86/2011

Curitiba, 7 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a presente proposta pretende estabelecer a condição legislativa adequada para o atendimento célere e eficaz do produtor rural, quando da ocorrência de eventos danosos em seu rebanho bovino, suíno e avícola.

O Estado do Paraná tem um dos maiores rebanhos do País, de modo que, havendo a presença de doenças, tais como a Febre Aftosa, Brucelose Bovina, Doença de Aujeszky, Influenza Aviária e Doença de Newcastle, a potencialidade de restrição ao seu comércio é significativa, à vista das exigências específicas de organismos internacionais, que inclusive impõe a instituição de um Fundo Garantidor Sanitário para assegurar prontas ações técnicas de monitoramento e erradicação de enfermidades.

Para o cumprimento desse desiderato, notadamente, nas situações em que venha a ocorrer a necessidade de sacrificar animais por doenças sanitárias, surgindo a obrigação legal de indenizar o produtor rural lesado, pretende-se repassar recursos públicos para o posterior ressarcimento, daquele agricultor, por intermédio de entidade privada, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública pela Lei n.º 13.219/2001, criada especificamente para esse fim, denominada Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária no Estado do Paraná – FUNDEPEC, constituída por órgãos de classe e instituições ligadas à agropecuária e à agroindústria.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Prot. n.º 11.232.231-01/ph/cl

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacyr Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

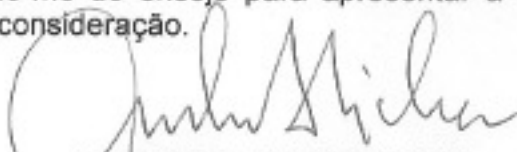
## GABINETE DO GOVERNADOR



A existência dos recursos financeiros a serem geridos pelo FUNDEPEC é condição à manutenção e ao incremento econômico que resulta da atividade pecuária, e está conjugada à realização de medidas de defesa sanitária animal, entre as quais, o sacrifício sanitário, cuja efetividade é dependente da garantia de indenização aos proprietários das reses.

Assim, para que o repasse financeiro de recursos públicos tenha amparo legal, necessário se faz a edição de lei especial autorizativa que permita ao Poder Executivo conceder subvenção social, possibilitando que tais recursos sejam apropriados pelo FUNDEPEC e direcionados exclusivamente às pessoas físicas e jurídicas proprietárias de animais sacrificados por moléstias sanitárias.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



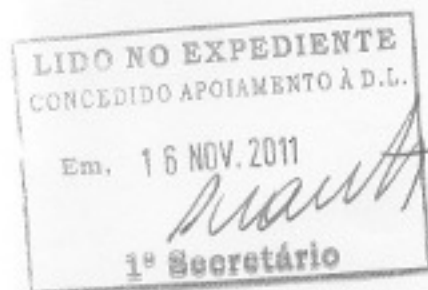
**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado



GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 7 de novembro de 2011  
OF CEE/G 183/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em, 16/11/11

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 86/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR.

Atenciosamente,

CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jaci Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:16 16/11/2011 0008992 DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 885/11**

**Projeto de Lei nº. 885/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 086/11**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR.

**EMENTA: CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DO PARANÁ – FUNDEPEC/PR. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. ARTS. 65, 66 E 87 DA CE. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como objetivo a concessão de subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR, para exclusiva destinação à indenização de proprietários que tiverem animais sacrificados em decorrência de ações de defesa sanitária desenvolvidas no Estado do Paraná.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. [grifos nossos]

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Ademais, é preciso observar que a Constituição Estadual aduz que a iniciativa de Leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública, a organização e funcionamento da administração estadual, **são de iniciativa privativa do Governador do Estado**, nos termos dos artigos 66 e 87, vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da administração estadual, na forma da lei. (grifos nossos)

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que os recursos repassados são arrecadados com as taxas previstas na Lei N. 11.504/96

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

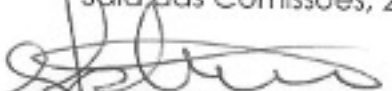
Todavia, faz-se necessária uma emenda aditiva ao projeto, acrescentando dispositivo que ratifica os repasses financeiros ocorridos no período de 09/10/1999 a 01/12/2005. Tal medida, ajustada nas negociações SEAB – FUNDEPEC – TCE, restou excluída, equivocadamente, do Anteprojeto.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

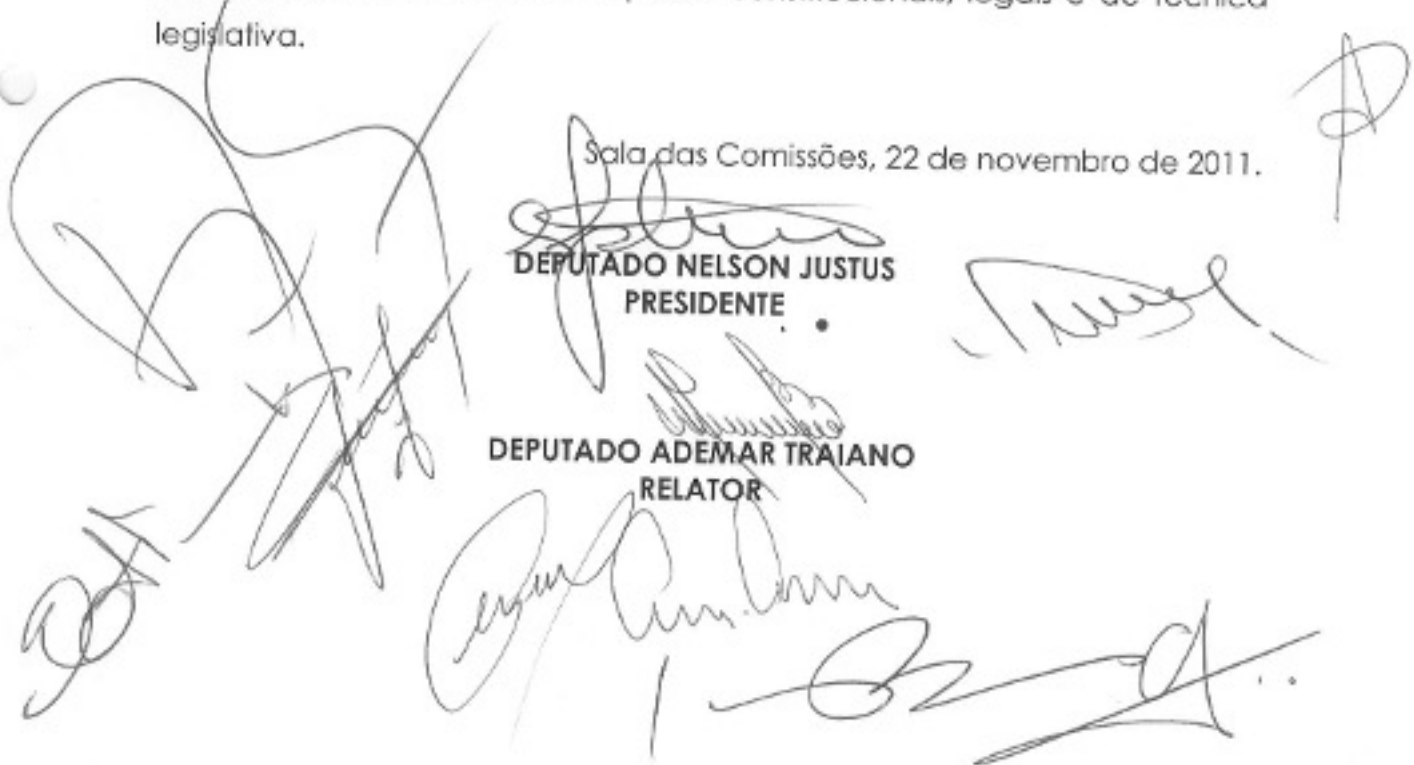
**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, **na forma da emenda aditiva em anexo**, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 885/2011**

Em conformidade com a previsão contida nos arts. 137, §3º e 141, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresentamos a presente emenda aditiva ao Projeto de Lei 885/11, acrescendo o §3º ao art. 1º, conforme redação a seguir:

**Art. 1º. (...)**

**"§3º - Ficam ratificados os repasses financeiros ocorridos no período de 09/10/1999 a 01/12/2005, efetuados por meio de convênios específicos com o Poder Executivo e o FUNDEPEC/PR."**

Sala das Comissões, 22 de novembro de 2011.

**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**  
**RELATOR**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 885/11**

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 86/11, que autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná – FUNDEPEC/PR, conforme específica.

A concessão da subvenção social aqui tratada, dar-se-á mediante repasses de recursos arrecadados com taxas previstas na Lei nº 11.504, de 06 de agosto de 1996, para exclusiva destinação à indenização de proprietários que tiverem animais sacrificados em decorrência de ações de defesa sanitária desenvolvidas no Estado do Paraná.

Convém, preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Senhor Relator Deputado Ademar Traiano, após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável, com emenda aditiva.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão apresenta-se devidamente justificada.

Ainda, observe-se que o FUNDEPEC/PR, objeto da referida proposta, prestará contas da aplicação dos recursos, a cada exercício, ao Tribunal de Contas do Estado e ao Conselho Estadual de Sanidade agropecuária – CONESA, na forma e prazos legais.

Observe-se ainda, que o proposto está em consonância com os arts. 65, 66 e 87, da Carta Estadual, onde denota-se a competência do Governador do Estado para propor tais matérias.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças



Denota-se ainda, que o Projeto em tela não fere o contido na Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Assim sendo, não encontramos nada que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

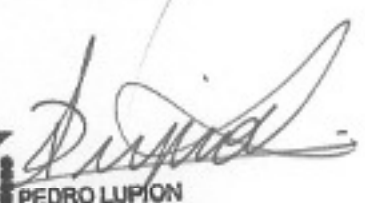
É o parecer.

Sala das Comissões, 30/11/11

  
**DEPUTADO ADEMIR BIER**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**  
**RELATOR**



  
**PEDRO LUPION**  
Deputado Estadual - PR



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

**PARECER AO PROJETO DE LEI 885/11**

**Projeto de Lei n. 885/11**

**Autor: Poder Executivo (Mensagem n. 086/2011)**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná - FUNDEPEC/PR.

**EMENTA: MEIO AMBIENTE. ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS SOBRE DESCARTE DE PILHAS E DEMAIS ARTEFATOS QUE CONTENHAM MERCÚRIO METÁLICO. POSSIBILIDADE. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.**

**I - SÍNTESE FÁTICA**

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 086/2011) autoriza o Poder Executivo a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná - FUNDEPEC/PR.

O presente projeto de lei recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa na reunião do dia 22/11/2011 (fls. 14/17), estando apto a ter seu mérito analisado pelas comissões temáticas.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*

O presente projeto já teve seu mérito aprovado pela Comissão de Finanças (fls. 21/22), estando apto a ter seu mérito analisado também por esta Comissão temática.

**II - MÉRITO**

Vencidas as discussões quanto à constitucionalidade do presente projeto, resta no âmbito desta comissão apenas a análise quanto ao mérito da matéria objeto da proposição, por força do que dispõe o artigo 33-E do Regimento Interno.

Pois bem.

Visa o presente projeto de lei autorizar o Poder Executivo a conceder subvenção social ao Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária do Estado do Paraná - FUNDEPEC/PR.

O presente projeto de lei visa estabelecer uma condição legislativa adequada para o atendimento célere e eficaz dos produtores rurais quando da ocorrência de eventos danosos em seu rebanho (doenças como Febre Aftas, Brucelose Bovina, Doença de Aujeszky, Influenza Aviária e Doença de Newcastle), uma vez que o Estado do Paraná tem um dos maiores rebanhos do país e tais eventos imputam ônus significativos ao comércio com as restrições impostas pelos organismos internacionais.

Este projeto vem de encontro às exigências dos organismos internacionais que impõe a criação de um Fundo Garantidor Sanitário para assegurar agilidade nas ações de monitoramento e erradicação de enfermidades,

---

*Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*  
*41 3350-4006*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Gabinete Deputado Pedro Lupion*

em especial para atender às situações nas quais há a necessidade de sacrifício de animais por doenças sanitárias, onde este fundo auxiliaria no cumprimento da obrigação legal de indenizar o produtor rural lesado uma vez que a garantia de indenização é condição para eficácia da defesa sanitária, minimizando os efeitos danosos deste tipo de evento.

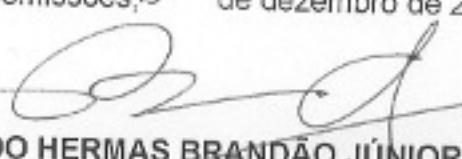
Ademais, a existência deste Fundo aliado à realização de medidas de defesa sanitária incrementa a atividade econômica pecuária, dando mais segurança aos produtores e organismos internacionais, na medida que implementa um instrumento eficaz de defesa sanitária, aliado às medidas de defesa

Portanto, não havendo óbice que impeça o trâmite normal deste projeto, opino pela aprovação do presente projeto.

**III - CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Sala das Comissões, <sup>12</sup> de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO HERMAS BRANDÃO JÚNIOR**  
**PRÉSIDENTE**

  
**DEPUTADO PEDRO LUPION**  
**RELATOR**

*Praça Nossa Senhora da Salette s/n, Gabinete 808 - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*  
*41 3350-4006*

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI N.º 914/2011

Súmula: Altera a Lei 16.897, de 10 de agosto de 2011.

**Art. 1.º** – O *caput* do art. 1.º da Lei 16.897, de 10 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1.º As instituições privadas, de utilidade pública ou não, desde que sem fins lucrativos, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações Sociais com Interesse Público (OSCIPs), Organizações Sociais (OSs), Fundações e Associações, que recebam recursos públicos a título de subvenções e auxílios ou parcerias com Municípios ou com o Governo do Estado do Paraná, ficam obrigadas a publicar, em período a ser definido mediante ato próprio do Poder Executivo, independente do valor do convênio, em página eletrônica própria (*Home Page*), na rede mundial de computadores, os demonstrativos das transferências realizadas pelo Governo Estadual ou Municipal e a respectiva prestação de contas, especificando as pessoas jurídicas ou físicas, com o respectivo CNPJ e CPF”.

**Art. 2.º** – O art. 2.º da Lei 16.897, de 10 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.º A não observância do disposto no *caput* do artigo 1.º acarretará a suspensão do repasse, por parte do Governo do Estado, até a regularização, observado o devido processo legal”.

**Art. 3.º** – O art. 3.º da Lei 16.897, de 10 de agosto de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3.º As instituições mencionadas no *caput* do artigo 1.º que ainda não se adequaram às exigências da presente Lei, deverão fazê-lo até a data limite de 31 de janeiro de 2012”.

GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 4.º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 18 de outubro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

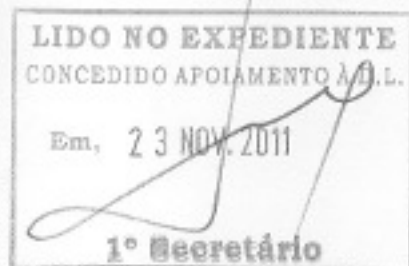
  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



**GABINETE DO GOVERNADOR**



Palácio das Araucárias – Curitiba, 18 de outubro de 2011  
OF CEE/G 170/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências

Em 22/10/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 69/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei objetivando a alteração da Lei n.º 16.897/2011, que disciplina a obrigatoriedade de transparência, por meio de divulgação eletrônica, pelas entidades privadas de utilidade pública ou não, que recebam recursos públicos a título de subvenção e auxílio, ou parcerias com municípios ou Estado.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICH  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JC



**MENSAGEM N.º 69/2011**

Curitiba, 18 de outubro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei objetivando a alteração da Lei n.º 16.897/2011, que disciplina a obrigatoriedade de transparência, por meio de divulgação eletrônica, pelas entidades privadas de utilidade pública ou não, que recebam recursos públicos a título de subvenção e auxílio, ou parcerias com municípios ou Estado.

A Lei n.º 16.897/2011, que se pretende alterar, entrou em vigor no dia 10 de agosto do ano corrente. Assim, de acordo com o art. 1.º do referido diploma legal, "as instituições privadas, de utilidade pública ou não, desde que sem fins lucrativos, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs), Organizações Sociais com Interesse Público (OSCIPs), Organizações Sociais (OSs), Fundações e Associações, que recebam recursos públicos a título de subvenções e auxílios ou parcerias com Municípios ou com o Governo do Estado do Paraná, ficam obrigadas a publicar, mensalmente, independente do valor do convênio, em página eletrônica própria (*Home Page*), na rede mundial de computadores, os demonstrativos das transferências realizadas pelo Governo Estadual ou Municipal e a respectiva prestação de contas, especificando as pessoas jurídicas ou físicas, com o respectivo CNPJ e CPF".

Desta forma, a referida Lei também previu que a exigência deveria ser atendida no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata suspensão do repasse governamental.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Prot. Nº: 11.149.906-1 lph/vcl

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2465 – Fax: 41 3350-2476

No entanto, o prazo concedido às entidades para se adaptarem às novas exigências da Lei é deveras exíguo, não sendo suficiente para que aquelas se adequem. Muitas das entidades que recebem recursos oriundos da Administração não possuem estrutura para atender a tanto, e assim sendo, demandaria mais tempo para se ajustar e atender as novas determinações legais.

Ainda, a imediata suspensão não pode olvidar a oportunidade do contraditório e ampla defesa, sob pena de violação ao princípio constitucional do devido processo legal.

Assim, a presente proposta pretende dilatar o prazo para cumprimento da Lei 16.897/2011, bem como assegurar à entidade o direito ao devido processo legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 914/11**

**Projeto de Lei nº.: 914/11**

**Autoria: Poder Executivo**

Súmula: Altera a Lei 16.897, de 10 agosto de 2011.

**EMENTA: DIVULGAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS RECEBIDOS POR ENTIDADES PRIVADAS DE UTILIDADE PÚBLICA OU NÃO ATRAVÉS DA INTERNET. POSSIBILIDADE. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PUBLICIDADE DOS ATOS PÚBLICOS. ARTS. 5º, 37 E 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INICIATIVA PARLAMENTAR AFERIDA. ART. 65 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER FAVORÁVEL. APROVAÇÃO.**

**1. PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, pretende dilatar o prazo para o cumprimento da Lei 16.897/2011, bem como assegurar à entidade o direito ao devido processo legal.

**2. FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*

Concedido Vistas ao
Senhor Deputado
<i>Carlos Ometton</i>
Em, 28, 11, 20 11
<i>CCJ</i>



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Art. 33 - Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Utilizando da analogia, temos no artigo 5º, inciso XXXIII da Constituição Federal, o direito à informação, senão vejamos:

**Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:**

**XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



A publicidade na Administração Pública brasileira está estabelecida como princípio no artigo 37 da Constituição Federal, em seu parágrafo 1º, conforme transcrito a seguir:

**Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).**

**§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.**

O ordenamento jurídico prevê várias normas que disciplinam a prestação de contas dos gestores públicos ao poder público e à comunidade em geral. O artigo 70 da nossa Carta Magna, parágrafo único, define quem tem a obrigação de prestar contas:

**Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

**Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).**

A transparência e a obrigação em prestar contas do dinheiro que advém do povo, ou seja, da esfera pública, é totalmente procedente para que haja uma fiscalização por parte da população e para que não ocorram desvios que prejudiquem as contas do nosso Estado.

Verificado os requisitos constitucionais formais, afere-se que a proposição respeita, igualmente, as demais normas constitucionais de cunho material, bem como, as normas constitucionais.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**3. CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 27 de novembro de 2011

*o vice presidente*  
*Couto Quintana*  
  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

*Presidente*

  
**DEPUTADO CESAR SILVESTRI FILHO**

*Relator*



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

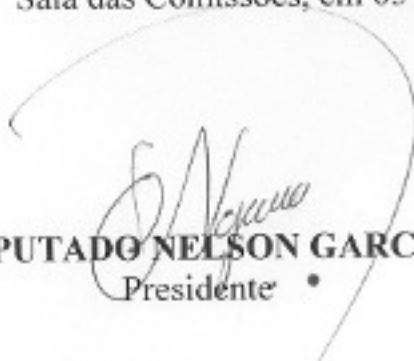
## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 914/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo tem por finalidade alterar a Lei nº 16.897, de 10 de agosto de 2011.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
Presidente

  
Relator







**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**

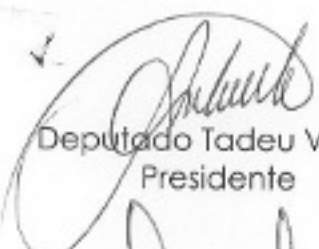
**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 914/11**


O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo tem por finalidade alterar a Lei nº 16.897, de 10 de agosto de 2011.

Entendendo que a matéria é de suma importância ao interesse público e o Projeto de Lei estar revestido de CONSTITUCIONALIDADE, presentes todos os requisitos legais, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
Deputado Tadeu Veneri  
Presidente

  
Deputado Waldyr Pugliesi  
Relator

**ANTEPROJETO DE LEI N.º 932/2011**

Súmula: Altera os dispositivos que especifica da Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

**Art. 1.º** Ficam introduzidas as seguintes alterações na Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003:

**I** – fica acrescentada a alínea “g” ao § 1.º do art. 2.º:

“g) na data do arremate em leilão de veículo automotor novo.”;

**II** – os incisos III e VI do art. 3.º passam a vigorar com a seguinte redação:

“III – no caso de arremate em leilão de veículo novo, ou que se encontrava ao abrigo do disposto no art. 13, o valor da arrematação, acrescido das despesas cobradas ou debitadas do arrematante e dos tributos incidentes na operação;

VI – no caso de veículos automotores adquiridos em anos anteriores, o valor médio de mercado constante de tabela de valores venais para cálculo do IPVA, publicada por ato do Poder Executivo, ressalvado o contido nos §§ 7.º e 8.º, deste artigo, observando-se marca, modelo, espécie e ano de fabricação.”;

**III** – o parágrafo único do art. 5.º fica renumerado para § 1.º, acrescentando-se-lhe o § 2.º:

“§ 2.º Considera-se também contribuinte do imposto o comprador identificado no comunicado de venda de veículo registrado no DETRAN/PR, em relação ao fato gerador ocorrido após a data da compra.”;

**IV** – fica acrescentado o art. 9.º-A:

“Art. 9.º-A Nos casos de comprovação de erro no lançamento, o Diretor da Coordenação da Receita do Estado poderá conceder novo prazo de pagamento do imposto, corrigido monetariamente, dispensando-se os demais acréscimos legais, sem prejuízo dos benefícios previstos no § 2.º e na alínea “a” do § 3.º do artigo 11.”;

## GABINETE DO GOVERNADOR



**V** – o §2.º do art. 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§2.º O pagamento do imposto de que trata o inciso I poderá ser feito em até 5 (cinco) parcelas iguais, mensais e consecutivas, com eventuais arredondamentos monetários acrescidos na parcela inicial, sendo a primeira no mês de fevereiro e a última no mês de junho, de acordo com calendário previsto em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda."

**VI** – a alínea "a" do §3.º do art. 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

"a) com redução de 5% (cinco por cento) do valor devido, em parcela única, para pagamento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda;"

**VII** – a alínea "b" do §3.º do art. 11 fica revogada;

**VIII** – o *caput* do art. 12 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. No exercício subsequente ao do vencimento do IPVA, os créditos tributários pendentes de pagamento, inclusive os inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, compreendendo o montante do imposto e dos acréscimos legais calculados até a data da solicitação do parcelamento, poderão ser pagos em até 5 (cinco) parcelas, mensais e sucessivas, na forma prevista em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.";

**IX** – o § 2.º do art. 13 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 2.º A não incidência de que trata a alínea "b" do inciso II se condiciona à apresentação de comprovante de credenciamento atualizado junto ao Conselho Municipal de Assistência Social ou, quando este não existir no município, de credenciamento expedido pelo Conselho Estadual de Assistência Social.";

**X** – o inciso V do art. 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

"V – de propriedade, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, equipados com motores de potência não superior a 155 CV, limitado a um veículo por beneficiário;"

**Art. 2.º** Ficam dispensados de pagamento os débitos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA ocorridos até 31 de dezembro de 2006, ajuizados ou não.

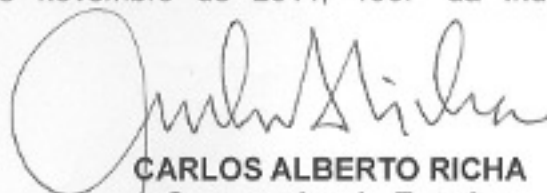
**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas.

## GABINETE DO GOVERNADOR



**Art. 3.º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Curitiba, 28 de novembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

## GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 80/2011

Curitiba, 28 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei com proposta de alterações na Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, nos termos que seguem:

I – Acrescenta a alínea “g” ao § 1.º do art. 2.º.

Estabelece critério temporal para a hipótese de incidência do imposto no caso de leilão de veículo novo, qual seja, a data do arremate em leilão do veículo.

II – Dá nova redação aos:

– inciso III do art. 3.º.

Determina que a base de cálculo para a hipótese de incidência do imposto correspondente ao arremate de leilão de veículo novo é o valor da arrematação, acrescido das despesas cobradas ou debitadas do arrematante e dos tributos incidentes na operação;

– inciso VI do art. 3.º.

Com essa alteração, a tabela contendo o valor médio de mercado utilizado para o cálculo do IPVA de veículos automotores adquiridos em anos anteriores será publicada por ato do Poder Executivo, considerando-se que a sua elaboração já é atribuição desse Poder e que os critérios são delimitados pela própria Lei – valor médio de mercado, observando-se marca, modelo, espécie e ano de fabricação.

Seguindo os Estados da Federação que utilizam os dados de tabela elaborada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FINE, divulgando-a por meio de publicação do Poder Executivo, o Estado do Paraná promove a presente alteração.

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Protocolo n.º 11.262.285-2

Palácio das Araucárias – Centro Cívico – Rua Jacyr Loureiro de Campos  
80530-915 – Curitiba – Paraná – Brasil  
Fone: 41 3350-2465 Fax: 41 3350-2476

## GABINETE DO GOVERNADOR



A FIPE é instituição reconhecida no âmbito nacional para estabelecer a tabela de valores referenciais de automóveis, utilizada por todas as unidades da Federação para o lançamento do IPVA, e que garante a qualidade e credibilidade da pesquisa.

Com isso, pretende-se desburocratizar e dar agilidade ao processo de lançamento anual do IPVA.

III – Renumerar para § 1.º o parágrafo único do art. 5.º, acrescentando o § 2.º.

Estabelece que será considerado contribuinte do imposto o comprador identificado no "Comunicado de Venda de Veículo" registrado no DETRAN, em relação ao fato gerador ocorrido após a data da compra, considerando ser obrigação do vendedor, no caso de transferência de propriedade de veículo, encaminhar ao órgão executivo de trânsito do Estado, no prazo de trinta dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado.

IV – Acrescenta o art. 9.º-A.

Institui previsão legal para que o Diretor da Coordenação da Receita do Estado, nos casos de comprovado erro de lançamento do IPVA, possa conceder novo prazo de pagamento do imposto, corrigido monetariamente, com dispensa de multa e juros, sem prejuízo do parcelamento e da redução do imposto no caso de pagamento em parcela única.

V – Dá nova redação ao *caput* do art. 12.

Reduz, de dez para cinco, o número de parcelas nos casos de parcelamento de débitos pendentes dos exercícios anteriores, mantendo coerência com a previsão do número de cotas para pagamento do exercício corrente. Com o prazo mais dilatado em relação aos exercícios anteriores, está sendo estimulada a inadimplência e a postergação do pagamento do imposto para o exercício seguinte.

VI – Dá nova redação ao § 2.º do art. 13.

Ajusta a redação do dispositivo que trata da condição para reconhecimento da não incidência do imposto para os veículos de propriedade de instituição de educação ou de assistência social, excluindo menção ao Conselho Nacional de Assistência Social, uma vez que o credenciamento das instituições de assistência social, segundo disposição da legislação federal (Lei n.º 12.101, de 27 de novembro de 2009) é efetuado pelo Conselho Municipal de Assistência Social ou, na ausência deste no município, pelo Conselho Estadual de Assistência Social.



VII – Dá nova redação ao inciso V do art. 14.

Aumenta, de 125 para 155 CV (cavalo-vapor), a potência do motor em relação ao veículo sujeito à isenção para os portadores de deficiência física, ampliando as opções de veículos que podem ser por eles adquiridos.

Substitui o termo "contribuinte" para "beneficiário", uma vez que o veículo objeto da isenção pode estar no nome do portador de deficiência ou do seu responsável legal, permitindo, ainda, maior eficácia no controle e cumprimento da lei, que limita o benefício a um veículo por beneficiário.

VIII – art. 2.º

Autoriza a dispensa de pagamento dos débitos tributários decorrentes de fatos geradores do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, ocorridos até 31 de dezembro de 2006, ajuizados ou não, não autorizando a restituição ou compensação de importâncias já recolhidas, em face da necessidade de regularização dos débitos pendentes do exercício 2006, em atendimento ao princípio da economicidade, pois os valores pendentes não compensam os custos com inscrição em dívida ativa e respectivo ajuizamento, além da iminente prescrição de tais débitos.

Vale lembrar que, no Setor do IPVA da Inspetoria-Geral de Arrecadação, o percentual de inadimplência total do exercício 2006, valor lançado/valor pendente, está em 1,09 %; e que os valores a dispensar importam R\$ 14.328.468,03, considerando 26.430 veículos devedores.

Por fim, denota-se que o Estado do Paraná mantém o desconto de 5% (cinco por cento) e a possibilidade do parcelamento em até 5 (cinco) parcelas, sendo a parcela única ou a inicial com vencimento no mês de fevereiro, conforme calendário de vencimentos fixado em Instrução da Secretaria de Estado da Fazenda.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

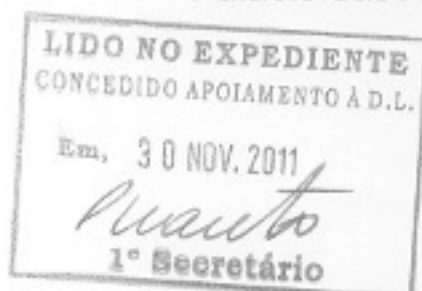


4P

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 28 de novembro de 2011  
OF CEE/G 179/11



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

Em 28/11/11

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 80/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei com proposta de alterações na Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14333 30/11/2011 005748 000 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI 932/11**

**Projeto de Lei nº 932/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 80/2011**

**Súmula:** Altera os dispositivos que especifica da Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.

**EMENTA:** TRIBUTÁRIO. ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 14.260/2003 QUE ESTABELECE NORMAS SOBRE O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO PERTINENTE AO IPVA. INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ARTS. 65, 66 E 87 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL ART. 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. LEI COMPLEMENTAR FEDERAL 101/00. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo tem por escopo alterar os dispositivos da Lei n.º 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A: Cabe à Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Poder Executivo (Governador do Estado), vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborando deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

A Constituição do Estado do Paraná estabelece que são de iniciativa privativa do Governador as leis que disponham sobre a criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta, criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado, bem como da organização e funcionamento da administração estadual, nos termos dos artigos 66 e 87:

Art. 66 – Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV – criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

Art. 87 – Compete privativamente ao Governador:

(...)

VI – Dispor sobre a organização e funcionamento da administração estadual na forma da lei.

Importante ressaltar que em relação à referida matéria, a Constituição Federal dá plena autonomia e reveste de legitimidade ao Poder Executivo para legislar sobre a matéria ora analisada, pois assim dispõe em seu art. 100:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



Art. 100 – Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir imposto sobre:

(...)

III – propriedade de veículos automotores.

Faz-se necessário observar, portanto, que dentro da Constituição Federal os preceitos acerca de referido artigo, abrem margem ao contido no presente projeto de lei, tendo em vista que dá legitimidade e competência ao Estado para legislar acerca de IPVA.

Nesse sentido já se manifestou o Relator Ministro Eros Grau da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal no RE 414259 AgR/MG:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. IPVA. LEI ESTADUAL. ALÍQUOTAS DIFERENCIADAS EM RAZÃO DO TIPO DO VEÍCULO. 1. Os Estados-membros estão legitimados a editar normas gerais referentes ao IPVA, no exercício da competência concorrente prevista no artigo 24, § 3º, da Constituição do Brasil. 2. Não há tributo progressivo quando as alíquotas são diferenciadas segundo critérios que não levam em consideração a capacidade contributiva. Agravo Regimental a que se nega provimento" (grifos nossos)

Assim sendo, verifica-se que a Constituição da República autoriza ao Estado legislar sobre o IPVA.

Vislumbra-se, portanto, que o Poder Executivo detém a competência necessária para propor o presente Projeto de Lei e, no que



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal.

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, em opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente projeto de lei em virtude de encontrar-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE.**

Sala das Comissões, de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO ADEMAR TRAIANO**

**RELATOR**





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 932/11**

A presente proposta tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo § 3º, do artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 80/11, que altera os dispositivos que especifica da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que estabelece normas sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA.

Convém preliminarmente salientar que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que após sua análise constitucional e regimental exarou parecer favorável.

No que tange a vistoria desta Comissão Permanente de Finanças, podemos observar que a matéria em questão atende aos preceitos constantes dos artigos 65, 66 e 87 da Constituição do Estado do Paraná, no que se refere a iniciativa de leis complementares e ordinárias e ainda, iniciativa privativa do Governador do Estado.

Constata-se ainda, que o Projeto em tela não desrespeita o preceituado na Lei Complementar Federal nº 101/00.

Isto posto, nada visualizamos que possa impedir a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

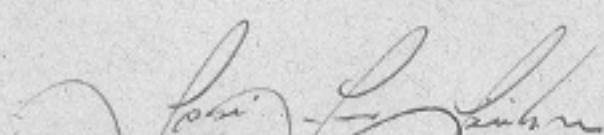
É o parecer.

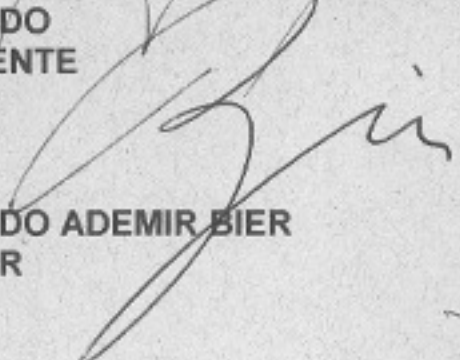


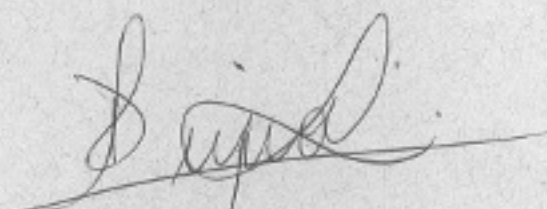


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
1ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura  
Comissão de Finanças

Sala das Comissões, 13/12/11

  
DEPUTADO  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO ADEMIR BIER  
RELATOR







ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

932 - Finanças

## REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 12 DEZ 2011

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência" para a votação dos Projetos de Lei, oriundos de Mensagens Governamentais conforme específica.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme os artigos 181 e 184 do Regimento Interno desta Casa, **requer**, na condição de Presidente da Comissão de Obras Públicas, Transporte e Comunicação após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação dos Projetos de Lei 823, 884, 885, 886, 907, 908, 914, 932, 933, 938, 939, 940, 941, 942, 944, 951, 952 e 953, todos do ano de 2011 e oriundos de Mensagens do Poder Executivo e em tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 12 de dezembro de 2011.

Deputado **Marcelo Rangel**

Presidente Com. Obras, Transporte e Comunicação

Anote-se a  
então a cópia  
e junto de m. p. r. h. m. s.  
proj. l. s.

Manoel Ribeiro Borges  
Diretor Legislativo

**ANTEPROJETO DE LEI N.º 950/2011**

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Município de Tibagi, do imóvel que especifica.

**Art. 1.º** – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a cessão de uso, ao Município de Tibagi, de uma área de terras constituída de aproximadamente 8 alqueires, com área de 193.600,00m<sup>2</sup>, onde encontra-se instalada a Unidade Social de Tibagi, transcrita sob o n.º 16.133 do Registro de Imóveis da Comarca de Tibagi.

**Art. 2.º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será usado exclusivamente para funcionamento da Unidade Social de Tibagi, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**Art. 3.º** – A presente cessão terá vigência de até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogada por igual período mediante acordo entre as partes.

**Art. 4.º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 7 de dezembro de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

## GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 98/11

Curitiba, 7 de dezembro de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Tibagi, objetivando a continuidade das atividades nele desenvolvidas em atendimento a crianças e adolescentes carentes.

Inicialmente, insta salientar que o Anteprojeto de Lei, em análise, encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Além deste, destaca-se que a Lei Estadual n.º 15.608/07, em seu artigo 8.º, dispõe sobre a dispensa de licitação em determinados casos, como exposto abaixo:

**Art. 8.º** Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

(...)

g) direito real de uso quando destinado a outro órgão ou entidade da Administração Pública;

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR

Hely Lopes Meireles leciona que:

"A cessão de uso é uma categoria específica e própria para o transpasse da posse de um bem público para outra entidade, ou órgão da mesma entidade, que dele tenha necessidade e se proponha a empregá-lo nas condições convencionadas com a Administração cedente."<sup>1</sup>

Tendo em vista que a presente medida se coaduna aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel que o Estado pretende ceder ao Município de Tibagi, já utilizado desde fins de 1997, por força de Convênio mantido com o Instituto de Ação Social do Paraná – IASP, a utilização das instalações físicas da UNIDADE SOCIAL foi cedida àquela municipalidade, que ali desenvolve diversas atividades direcionadas ao atendimento de necessidades sociais da comunidade, especialmente no atendimento a crianças e adolescentes carentes da atenção estatal.

Verificado que a autorização para que o órgão público efetue a cessão de imóveis sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que houvesse algum impedimento, haja vista a expressa autorização legal e o interesse público existente no benefício dado ao Município de Tibagi.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente deferimento, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHA**  
Governador do Estado

1 MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 33.º ed. p. 529.



GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 7 de dezembro de 2011  
OF CEE/G 215/11

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 DEZ. 2011

1º Secretário



I – À DAP para leitura no expediente  
II – À DL para providências.

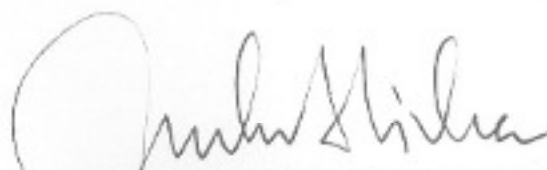
Em, 07/12/2011

Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 98/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a cessão de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para o Município de Tibagi, objetivando a continuidade das atividades nele desenvolvidas em atendimento a crianças e adolescentes carentes.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/SRGVF/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

16083 07/12/2011 01:01:61 DNP RECEBIDO LEGISLATIVO DO PRONAM





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**ANÁLISE AO PROJETO DE LEI 950/11**

**Projeto de Lei nº 950/11**

**Autor: Poder Executivo - Mensagem nº 098/2011**

**Súmula:** Autoriza o Poder Executivo a efetuar a Cessão, ao Município de Tibagi, do imóvel que especifica.

**EMENTA: CESSÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE TIBAGI. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. ARTS. 6º E 8º LEI ESTADUAL 15.608/07. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. ANÁLISE PRÉVIA PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 098/2011, visa autorizar o Poder Executivo a ceder imóvel ao Município de Tibagi.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)**

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.**

**Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, observe-se:

**Art. 6º. A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:**

**I - existência de interesse público devidamente justificado;**

**II - prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;**

**III - autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;**

**IV - licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.**

**Art. 8º. Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:**

**f) doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;** (grifos nossos)



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

**Art. 17.** A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de Interesse público devidamente Justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

**I** - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)**

**f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifos nossos)**

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações e cessões sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a cessão, haja vista a expressa autorização legal.



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

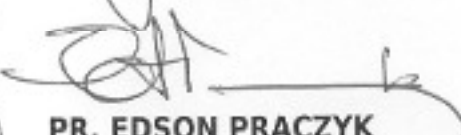
Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**



**NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**



**PR. EDSON PRACZYK**  
**RELATOR**



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 950/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 98/11, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a efetuar a cessão de uso, ao Município de Tibagi, do imóvel que especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12 de dezembro de 2011.

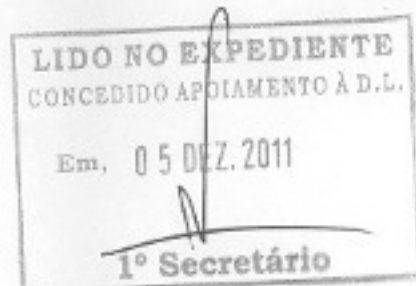
**DEPUTADO NELSON GARCIA**  
Presidente

Relator  
SCANAVACA

*Am. Dury*  
CURi

*AB*  
ANDRÉ  
PUENO






PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 34/11

Revoga o artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março 2004, que regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

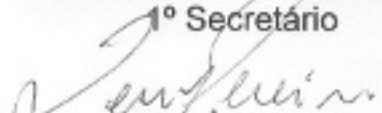
Art. 1º - Fica revogado o artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março de 2004.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 05 de dezembro de 2011

  
**Valdir Rossoni**  
Presidente

  
**Plauto Miró Guimarães**  
1º Secretário

  
**Reny Pereira**  
2º Secretário



#### JUSTIFICATIVA

A revogação que se pretende, mediante a presente proposição de Projeto de Resolução, justifica-se ante a exigüidade do prazo previsto na Resolução 003/2004, para a apresentação dos comprovantes de despesa ocorridas no mês de dezembro, decorrentes do exercício da atividade parlamentar e passíveis de ressarcimento.

Com a revogação do dispositivo que previa a apresentação dos comprovantes de despesa até o dia 10 do mês de dezembro, os parlamentares terão o tempo hábil necessário para apurar as despesas ocorridas no mês, sem prejuízo da necessária verificação das mesmas em face das normas financeiras que regem a aplicação dos recursos públicos.

*Mauro*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 034/11**

**Projeto de Resolução nº 034/11**

**Autor: Comissão Executiva**

**Súmula:** Revoga o artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março de 2004, que regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

**EMENTA: REVOGA O ARTIGO 19 DA RESOLUÇÃO Nº 003 DE 15 DE MARÇO DE 2004 QUE REGULAMENTA A VERBA DE RESSARCIMENTO DE DESPESAS RELACIONADAS AO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR. INICIATIVA PRIVATIVA DA MESA EXECUTIVA POSSIBILIDADE. ARTS. 18, II, III, "b", DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ART. 54 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. LEGAL. APROVAÇÃO. PARECER PELA APROVAÇÃO.**

**PREÂMBULO**

O presente Projeto de Resolução, de autoria da Comissão Executiva objetiva revogar o artigo 19 da Resolução 003, de 15 de março de 2004, que regulamenta a verba de ressarcimento de despesas relacionadas ao exercício da atividade parlamentar.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**,



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

No entanto, o Regimento Interno desta Casa de Leis enuncia que à Mesa Executiva compete administrar a Assembleia Legislativa e iniciar o processo legislativo quando se refere a organização dos serviços administrativos:

**Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:**

(...)

II – administrar a Assembleia Legislativa;

III – iniciar o processo legislativo nos seguintes casos:

b) organização dos serviços administrativos;

Ademais, a Constituição do Estado do Paraná estabelece as competências privativas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 54. Compete, privativamente, à Assembleia Legislativa:**

(...)

III - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Assim, resta claro que o Projeto de Resolução encontra-se revestido de **CONSTITUCIONALIDADE e LEGALIDADE**.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, o Projeto de Resolução ora em tela encontra-se em consonância com os ditames legais estabelecidos pela Lei Complementar nº 95/98.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Resolução, em face de sua **LEGALIDADE**.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**

Presidente

  
**DEPUTADO ELIO RUSCH**

Relator

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 DEZ. 2011

1º Secretário

OF/CTE/CC nº 5239/2011

Curitiba, 05 de dezembro de 2011

PROPOSIÇÃO VETO - Nº 039/11

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 170/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 296/2011, por considerar a parte vetada inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O autógrafo tem por objetivo determinar aos clubes de futebol, sediados no Paraná, que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do Artigo 4º.

O art. 4º do Projeto de Lei em comento dispõe que "O Poder Executivo regulamentará a estrutura de acompanhamento e imposição de penalidades no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da sanção desta Lei." No entanto, não é demais observar que o poder regulamentar conferido por tal dispositivo mostra-se legítimo para o fim de disciplinar a estrutura de acompanhamento e imposição das penalidades já previstas em Lei. Contudo, deve-se esclarecer que não é possível introduzir por Decreto novas penalidades não previstas em Lei, sob pena de violação ao princípio da legalidade, preceituado no art. 5º, II da Constituição Federal. Ainda, insta salientar que este é mesmo entendimento da Procuradoria Geral do Estado, em parecer exarado através da Informação nº. 351/2011-AT/GAB/PGE.

Desta forma, veto o art. 4º do Projeto de Lei 296/11.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

CARLOS ALBERTO RICHA  
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
Prot.11.271.248-8

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.

Em, 06/12/2011

  
Presidente

14:27 07/12/2011 010106 DP ASSUNTO LEGISLATIVO DO PRONAR





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 039/11**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 039/11**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 5239/11**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 296/11, de autoria do Deputado Hermas Junior, que determina aos clubes de futebol sediados no Paraná que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados, e dá outras providências.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 296/11, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior que, determina aos clubes de futebol sediados no Paraná que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menos de 18 (dezoito) anos a eles vinculados, e dá outras providências, tendo sido vetado parcialmente pelo Senhor Governador do Estado por considerar a parte vetada inconstitucional.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 296/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **16 de novembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 039/11, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **05 de dezembro de 2011**, sendo desta maneira tempestiva.



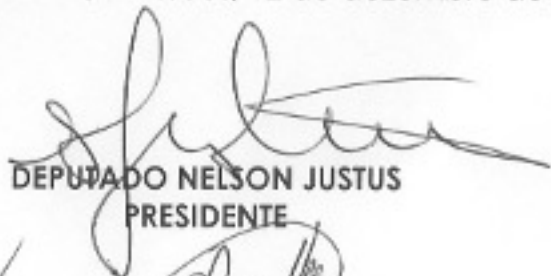
*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*


Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO TADEU VENERI**  
**RELATOR**



## Lei nº. 16.958

Data 05 de dezembro de 2011

**Súmula** Determina aos clubes de futebol, sediados no Paraná, que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados.

### *A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Os clubes de futebol oficiais do Estado do Paraná devem assegurar que estejam matriculados em instituição de ensino pública ou particular, todos os jogadores menores de 18 (dezoito) anos com os quais possuam qualquer forma de vínculo, zelando pela sua frequência e aproveitamento escolar.

**Parágrafo único.** Consideram-se clubes oficiais as associações devidamente registradas e reconhecidas pela Federação Paranaense de Futebol.

**Art. 2º** Os clubes de futebol que não regularizarem a situação de matrícula escolar dos jogadores de futebol menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados, ficarão impedidos de participar de jogos, torneios, campeonatos e competições oficiais no Estado.

**Art. 3º** Os clubes de futebol terão a responsabilidade de encaminhar à Federação Paranaense de Futebol, anualmente, os comprovantes de matrícula e, semestralmente, os atestados de frequência escolar dos jogadores menores de 18 (dezoito) anos.

**§ 1º** Recebidos os documentos, a Federação Paranaense de Futebol deverá encaminhá-los, junto com a lista dos jogadores inscritos nas competições oficiais, à Secretaria de Estado da Educação e à Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado, para as devidas providências.

§ 2º A não entrega dos comprovantes de matrícula e frequência escolar dos jogadores menores de 18 (dezoito) anos, pelos clubes oficiais à Federação Paranaense de Futebol, presumirá o descumprimento desta Lei, acarretando a aplicação de penalidade.

Art. 4º ...Vetado...

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de dezembro de 2011.



Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Flávio Arns  
Secretário de Estado da Educação

Evandro Rogério Roman  
Secretário Especial de Esportes

Durval Amaral  
Chefe da Casa Civil

Hermas Junior  
Deputado Estadual



OF/CTL/CC nº 5240/2011

Curitiba, 05 de dezembro de 2011

PROPOSIÇÃO VETO - Nº 040/11

Senhor Presidente,

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 184/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 256/2011, por considerar a parte vetada contrária ao interesse público, pelos motivos a seguir expostos.

O autógrafo tem por escopo dispor sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D), tendo o veto parcial apostado incidido sobre o disposto no Artigo 4º.

Primeiramente, insta salientar que Projeto de Lei em comento não possui nenhum óbice no que tange a sua constitucionalidade.

No entanto, não é demais observar não ser de boa técnica legislativa elencar penalidades àqueles que não cumprirem o disposto na Lei e não mencionar qual o órgão governamental que procederá a fiscalização, bem como aplicará a multa em caso de descumprimento da Lei. Sendo assim, o disposto no artigo 4º torna-se inócuo.

Todavia, ainda que o presente projeto de Lei elencasse um órgão da Administração Pública Estadual para proceder a fiscalização e aplicar as penalidades previstas na Lei, seria, neste caso, inconstitucional, visto que é de iniciativa privativa do Governador do Estado as Leis que disponham sobre a "criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública", conforme leciona o art. 66, IV da Constituição Estadual.

Desta forma, veto o art. 4º do Projeto de Lei 256/2011.

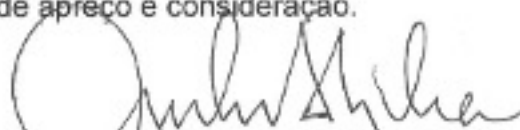
Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 07 DEZ. 2011

1º Secretário

  
CARLOS ALBERTO RICH  
GOVERNADOR DO ESTADO

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
Prot. 11.305.179-5

I - À DAP para leitura no expediente  
II - À DL para providências.

Em, 06/12/2011

Presidente

14:28 07/12/2011 010107 DP ASSUNTO: LEGISLAÇÃO DO PARANÁ





## Lei nº. 16959

Data 05 de dezembro de 2011

Súmula Dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D).

### *A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná*

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam os cinemas e demais estabelecimentos que exibem filmes em terceira dimensão (3D) obrigados a promover a higienização nos óculos acessórios disponibilizados aos espectadores.

**§ 1º** A higienização deverá obedecer às recomendações dos fabricantes e demais normas pertinentes.

**§ 2º** Após a higienização, os óculos serão embalados individualmente em plástico estéril com fechamento a vácuo.

**Art. 2º** A devolução dos óculos, após a sessão cinematográfica, isenta o espectador da cobrança de qualquer taxa extra pela sua utilização.

**Art. 3º** Não se aplica o disposto nesta Lei quando se tratar de óculos descartáveis, que não podem ser reutilizados.

**Art. 4º** ...Vetado...


**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data da sua publicação.

**Art. 6º** Os estabelecimentos previstos no *caput* do art. 1º deverão se

adaptar às disposições desta Lei no prazo de 120 dias (cento e vinte) dias a contar da data da sua publicação.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 05 de dezembro de 2011.



Carlos Alberto Richa  
Governador do Estado

Micheli Caputo Neto  
Secretário de Estado da Saúde

Paulino Viapiana  
Secretário de Estado da Cultura

Durval Amaral  
Chefe da Casa Civil

Paranhos  
Deputado Estadual



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 040/11**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 040/11**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 5240/11**

**SÚMULA:** Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 256/11, de autoria do Deputado Paranhos, que dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D).

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 256/11, de autoria do Deputado Paranhos que, dispõe sobre a obrigatoriedade de higienização dos óculos utilizados para os filmes em terceira dimensão (3D), tendo sido vetado parcialmente pelo Senhor Governador do Estado por considerar a parte vetada contrária ao interesse público.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

**Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.**

**§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)**

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 256/11 foi enviado à sanção e recebido na data de **18 de novembro de 2011**, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 040/11, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de **05 de dezembro de 2011**, sendo desta maneira tempestiva. •

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*

*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*

*Comissão de Constituição e Justiça*

## CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO CAÍTO QUINTANA  
RELATOR